

# Formação e Estruturação do **Produto Turístico** Potiguar

KÁTIA SIMONE SANTIAGO TEIXEIRA \* [ katiasonest@yahoo.com.br ]

MARGARETH DE CASTRO AFECHÉ PIMENTA \*\* [ pimenta.margareth@gmail.com ]

**Resumo** | A pesquisa aqui relatada apresenta uma análise do processo de formação e estruturação do produto turístico potiguar através do exame da evolução histórica do planejamento do turismo em seu território; para tanto, buscou compreender o contexto das políticas públicas de turismo implementadas pelo governo federal e as ações voltadas ao desenvolvimento da atividade realizadas pelo Estado. A investigação, que foi desenvolvida no segundo semestre do ano de 2011, teve caráter essencialmente bibliográfico e documental; prevaleceu o método dialético em sua análise. Verificou-se, após este estudo, que a decisão do Rio Grande do Norte em optar por investir na preparação de seu território para o desenvolvimento do turismo, antes mesmo do Governo Federal abordar o assunto, foi decisiva para o sucesso que hoje o Estado alcança em relação ao desenvolvimento da atividade. A diversificação da sua oferta turística também foi facilitada pela preparação e cuidado que o Estado Potiguar teve em relação ao planejamento do turismo em seu território; estas ações forneceram experiências para a estruturação de novos e variados produtos turísticos e propiciaram a busca pelo aprimoramento, visando assegurar o destaque do Estado no desenvolvimento da atividade turística.

**Palavras-chave** | Políticas públicas, Produto turístico, Planejamento.

**Abstract** | This research presents an analysis of the formation and structuring process of tourism in Rio Grande do Norte examining the historical evolution of the tourism planning in its territory; to do so, it sought to understand the context of tourism public policies implemented by the federal government and the actions focused on the development of the activity undertaken by the State. The investigation, which was developed in the second half of 2011, was essentially bibliographical and documentary; the dialectic method prevailed in its analysis. After this study it was noticed that the decision of Rio Grande do Norte in choosing to invest in its territory preparation for the tourism development even before the Federal Government address the issue was decisive for the success that today the state reaches in relation to the development of the activity. The diversification of its tourism was also facilitated by the preparation and care that the Potiguar State had in relation to the planning of tourism in its territory; these actions provided experiences for the structuring of new and varied tourism products and facilitated the search for improvement, aiming to promote the State in the development of tourism.

**Keywords** | Public policies, Tourism product, Planning.

\* **Doutoranda** no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), **Professora** do Curso de Turismo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

\*\* **Doutora em *Géographie de l'Aménagement et d'Urbanisme*** pela Universidade de Paris IV (Paris-Sorbonne) (1994). **Professora Associada** III do Departamento de Arquitetura do Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua nos Programas de Pós-Graduação em Geografia (Linha: Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) e em Arquitetura, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

## 1. Considerações iniciais

O Brasil é um país que apresenta uma considerável diversidade cultural, fato esse que se deve, em parte, à grande extensão territorial do país. Outros fatores também contribuíram para a heterogeneidade cultural observada em todo o território nacional, como, por exemplo, o processo de colonização que promoveu o intercâmbio entre diferentes povos. Uma mesma construção histórica pode edificar um elo, embora os frutos dessa construção sejam diferenciados, sendo assim, apesar da variedade de culturas encontradas em todas as regiões brasileiras, também se pode verificar um mesmo elemento em comum que se configura como a essência da Cultura Brasileira.

A composição da variedade cultural encontrada distribuída por todo o território brasileiro estimula investimentos em turismo, pois, em um mesmo país, pode-se encontrar vegetação, paisagens, relevo e clima diferenciados, além de variadas formas de influências da colonização.

Em cada unidade da federação também se pode observar as referidas variações, que, obviamente, aplicam-se também ao Estado do Rio Grande do Norte, localizado no Nordeste do país. Este estado, como a grande maioria dos estados brasileiros, possui elementos culturais distintos e disseminados heterogenicamente por toda sua extensão e aproveita esta característica para investir no turismo que hoje se apresenta como forte base econômica. Inicialmente o tipo de turismo mais explorado nesse estado era o do tipo “Sol e Praia” (denominação dada pelo Ministério do Turismo para designar turismo em áreas de balneário tendo como principais atrativos o sol e a praia). Porém, nos últimos tempos o estado também procurou aproveitar outros atrativos que a região possui, investindo em outros tipos de turismo para atrair novos visitantes com outras preferências.

Localizado no continente Sul Americano, mais precisamente na Região Nordeste do Brasil, o Estado Potiguar, nome indígena pelo qual também é

conhecido o Rio Grande do Norte, beneficia-se por possuir litoral em sua área oriental e setentrional. O seu grande potencial para o turismo baseado em sol e mar advém dessa característica, apesar de sua área oriental ser mais desenvolvida que a parte norte do estado. O início da formação e estruturação do produto turístico do território em destaque ocorreu a partir do interesse do Governo Estadual em investir no turismo como alternativa econômica. Entre o final da década de mil novecentos e sessenta e, início da década de mil novecentos e setenta, percebeu-se mais efetivamente o interesse em se planejar o turismo no Estado. Nas últimas décadas o estado, que focava seus investimentos no turismo litorâneo (com foco no litoral leste), passa também a se preocupar com os outros tipos de turismo, com potencial para o desenvolvimento, encontrados no território.

Questiona-se, portanto: como se deu o processo de formação e estruturação do produto turístico Norte-Rio-Grandense? Com o propósito de desvelar esta questão, o presente trabalho de pesquisa busca apresentar uma análise do referido processo, enfocando as políticas públicas desenvolvidas para o setor e as ações mais efetivas verificadas. O exame da evolução histórica do planejamento do turismo no território potiguar e a compreensão do contexto das políticas públicas de turismo implementadas pelo governo federal e das ações voltadas ao desenvolvimento do turismo realizadas pelo estado forneceram embasamento à pesquisa. A investigação desenvolvida é essencialmente de caráter bibliográfico e documental, realizada no segundo semestre do ano de 2011, através do método dialético.

## 2. Base estrutural e contexto de formação do produto turístico potiguar

Interesses mais significativos em relação ao turismo começaram a surgir no mundo a partir da Revolução Industrial e da reivindicação do tempo livre. Avanços tecnológicos possibilitaram o “encur-

tamento das distâncias” através da maior utilização de meios de transporte mais rápidos e eficazes. O mercado começa então a perceber, na atividade turística, grande potencial de desenvolvimento e movimentação econômica.

Somente, a partir da década de 1930, o Brasil começou a se preocupar mais efetivamente com a gestão do turismo em seu território; moderadamente demonstrou interesse em normatizar e criar organismos oficiais para tratar do assunto. A princípio, não havia muita independência dos setores que trabalhavam questões relacionadas ao turismo, visto que, quase sempre, estavam vinculados a setores que o governo julgava ter relação com a atividade turística. Em 2003 foi criado o Ministério do Turismo externalizando um maior interesse do governo pelo setor.

Antes da criação do ministério, durante a década de mil novecentos e noventa, alguns programas e ações mais concretas foram desenvolvidos. Conforme Cruz (2006), nesse período, através da consagração do neoliberalismo como paradigma econômico e político, o país presencia a transição de um Estado interventor para um Estado parceiro do Mercado e, esse contexto (sócio-econômico e político) se reflete no turismo através de políticas públicas comprometidas com a produção e reprodução do capital, onde o turismo é entendido como uma atividade geradora de riqueza promovida e organizada por sujeitos sociais responsáveis com interesses convergentes e divergentes que se somam às contradições do próprio processo de produção do espaço. Embora seja incontestável a importância econômica do turismo, Cruz (2006) lembra que, por suas características diferenciais, o turismo não deve ser analisado tão somente como uma atividade econômica, pois é uma prática social que tem o espaço como principal objeto de consumo.

Como a atividade turística surge a partir do consumo do espaço, os diversos interesses dos variados grupos sociais que participam da produção desse espaço se configuram como catalisadores nesse processo dialético. O planejamento, para Rodrigues (1999: 25) é “[...] como instrumento político e,

portanto, ideológico, tem que conciliar várias e, frequentemente, conflitantes ações.” Sendo assim, as intervenções são justificadas por teorias usadas como instrumento de dominação. Além dos conflitos já existentes nos territórios, há ainda, a partir da presença do turismo, outros que envolvem “[...] os interesses de uma população que busca o prazer num local onde outras pessoas vivem e trabalham” (Rodrigues, 1999: 25).

Os conflitos devem ser conciliados e, para tanto, é necessária a criação de políticas públicas comprometidas com os interesses da sociedade. As políticas públicas são para Dias (2003: 121) um “[...] conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade [...]”, completa ainda o supracitado autor que devem ser ações exclusivas do Estado que procurem satisfazer o interesse público visando o bem comum.

Preocupados em desenvolver o turismo, na década de mil novecentos e setenta, alguns Estados Nordestinos começaram a investir na implementação de “megaprojetos” que objetivavam a criação de infraestrutura para que a região pudesse melhor aproveitar a demanda potencial que estava sendo notadamente percebida. Quando o governo federal ainda não dava a devida atenção à construção de políticas públicas ligadas ao setor, elaboraram, por conta própria, os chamados megaprojetos visando estimular o desenvolvimento do turismo em seus territórios. O termo megaprojetos se refere à política desenvolvida por estados nordestinos visando à preparação de seus territórios para receberem investimentos em turismo provenientes da iniciativa privada. Na sequência, é criado pelo governo federal, o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) que ajudou a reforçar as ações e incentivos oriundos dos megaprojetos, atrelando ações para o desenvolvimento com a captação de investimentos.

A criação do PRODETUR/NE por portaria conjunta, assinada pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) e pela EMBRATUR

(Instituto Brasileiro de Turismo) no início da década de mil novecentos e noventa, surgiu a partir do megaempreendimento “Projeto Costa Dourada” idealizado pelos governos dos Estados de Alagoas e Pernambuco no início da década de mil novecentos e noventa; a partir desse megaprojeto, o governo federal buscou estruturar um programa para dar suporte ao desenvolvimento e reestruturação dos megaprojetos nordestinos que vinham sendo organizados tanto pelos dois supracitados estados, quanto por outros estados dessa região. Por razões políticas e operacionais, este programa se tornou extensivo a toda a área de jurisdição da SUDENE (Cruz, 2002).

Em paralelo, surge também na década de mil novecentos e noventa, o PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) com o intuito de fortalecer o município diante do planejamento e gestão do turismo, descentralizando as ações federais. Esse programa ajudou a preparar os municípios para o desenvolvimento da atividade turística em seus territórios, utilizando metodologia embasada nos preceitos da OMT (Organização Mundial do Turismo).

Com a associação do PRODETUR/NE ao PNMT, o nordeste brasileiro pôde melhor se preparar para o desenvolvimento do turismo; o primeiro foi muito importante, principalmente, no que se refere à captação de investimentos e o segundo auxiliou, consideravelmente, em relação ao estudo e planejamento da atividade na região.

O PRODETUR/NE se formou pela parceria do Banco do Nordeste, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dos estados para viabilizar financiamentos em infraestrutura e qualificação, tendo como objetivo promover o desenvolvimento do setor de turismo da região Nordeste. As áreas que buscavam se beneficiar com o PRODETUR/RN precisavam se organizar em conselhos representantes da região polo de desenvolvimento, pois somente desta forma poderiam pleitear as benesses advindas do programa. Os conselhos deveriam contar com a participação da iniciativa privada, da Sociedade Civil Organizada e com representações públicas estaduais

e municipais; esse passo veio, posteriormente, a auxiliar os estados que participaram do programa em evidência, pois a política pública de turismo que se sucede, propõe a organização da gestão regional em Instâncias de Governança, cuja metodologia é similar.

O referido programa propiciou aos estados nele inseridos a possibilidade de adequação às atuais políticas públicas federais para o setor de turismo; além de promover o desenvolvimento da infraestrutura, também facilitou aos estados o ajustamento à metodologia, atualmente, proposta para o desenvolvimento do turismo pelo governo federal.

A preparação do território para receber investimentos é um fator imprescindível no tocante à inserção dos destinos no mercado turístico e também em relação à competitividade desses destinos. Sem infraestruturas não há como receber visitantes sem comprometer o próprio território, pois não somente o visitante se utiliza das infraestruturas, mas, principalmente, a população local precisa desse recurso.

Coriolano *et al.* (2009: 102), destaca que O PRODETUR ofereceu:

“[...] condições para a ocupação turística do Nordeste, preparando a infra-estrutura, fazendo o *marketing* e atraindo empresas, especialmente a rede hoteleira, em destaque os resorts. Portanto a lógica que segura o projeto é o ajustamento à economia global, contida em algumas teorias econômicas desenvolvimentistas, para as quais o crescimento econômico leva inevitavelmente ao desenvolvimento social, em decorrência do processo de implementação de tecnologias e de modernização, embora negado pelas teorias críticas de desenvolvimento”.

Por esses motivos, alguns Estados nordestinos, entre eles o Rio Grande do Norte, mostram-se avançados em relação ao desenvolvimento do turismo e também no que se refere à adequação à política de regionalização desenvolvida atualmente pelo governo federal.

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, diretamente ligado ao Plano Nacio-

nal do Turismo do governo de Luís Inácio Lula da Silva, se caracteriza como “[...] um modelo de gestão de política pública descentralizada, coordenada e integrada baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e na sinergia de decisões” (Brasil, 2004: 9). A continuidade dessa política vem sendo desenvolvida pelo atual governo que busca incentivar o planejamento participativo para que assim, diversos atores sociais possam participar do processo de construção e implementação de políticas públicas voltadas para o turismo.

O histórico do desenvolvimento do turismo no Brasil demonstra forte concentração de investimento e promoção de áreas litorâneas, porém o modelo de gestão escolhido pelo Ministério do Turismo visa também destacar o interior dos municípios brasileiros, pondo em relevo suas riquezas ambientais, materiais e patrimoniais, enfatizando preocupação com as populações inseridas em localidades turísticas (Brasil, 2004). O Brasil é um dos países mais extensos do planeta, porém sua imensa área e seus valiosos e diversificados recursos são muito pouco aproveitados. O desenvolvimento dos estados brasileiros não é uniforme; há uma heterogeneidade bastante evidente que compromete o desenvolvimento integrado do país. Dentro de um mesmo estado da federação também são observadas diferenças entre as áreas que o compõem; as variações de desenvolvimento são encontradas, muitas vezes, no interior de uma mesma unidade administrativa. Foi para buscar minimizar os efeitos do desenvolvimento desarticulado que o Brasil vem propondo Políticas Públicas que objetivam este fim. Diversos planos, programas e projetos foram criados, o que demonstra a preocupação dos governos municipais, estaduais e do governo federal com a questão do desenvolvimento integrado do país.

O planejamento do turismo desenvolvido com base no Plano Nacional do Turismo e no Programa de Regionalização – Roteiros do Brasil – deve seguir através de uma perspectiva de desenvolvimento sustentável e, deve buscar “[...] garantir maior equi-

dade, novos critérios de ação e negociação coletiva capazes de se transformar em oportunidades nos mercados mundiais e repercutir na geração e distribuição de renda no País” (Brasil, 2004: 8).

A região nordeste do país teve um grande reforço que ajudou na sua estruturação para o desenvolvimento do turismo e a preparou para uma adequação satisfatória e proveitosa em relação à atual Política Pública Federal de Turismo: o PRODETUR/NE. Esse programa incentivou a estruturação de polos integrados de desenvolvimento, em que o planejamento é realizado por cada polo visando harmonizar e integrar o desenvolvimento dos municípios que os compõem. É um programa de crédito para o setor público. Os financiamentos são aprovados a partir de discussões coletivas realizadas, principalmente, em conselhos criados para promover a gestão de cada polo de desenvolvimento integrado; o governo da unidade federativa onde se encontra o polo participa da gestão juntamente com os governos municipais que o compõe e com instituições que representam interesses sociais, culturais, ambientais e econômicos da região que constitui o polo. O programa utiliza os recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) tendo o Banco do Nordeste como órgão executor (Cruz, 2002).

O Projeto Polos de Desenvolvimento Integrado, “[...] ação do Banco do Nordeste que tem como objetivo promover e potencializar o desenvolvimento econômico local a partir da cooperação entre diversos agentes econômicos, institucionais e sociais [...]” (Petrocchi, 2001: 53), expõe um entendimento de região diferente do conhecido modelo administrativo verificado no país. O conceito de polos abre discussões sobre a nova compreensão de região. Para Porter (citado por Petrocchi, 2001: 38), polos são: “[...] concentrações geográficas de organizações e instituições de um determinado setor; abrangendo uma rede de empresas inter-relacionadas e outras atividades importantes para a competitividade” e de acordo com o Banco do Nordeste, polo “[...] é uma área socioterritorial, que tem vantagens locais e/ou dinamismo econômico” (Petrocchi, 2001: 39).

Até meados da década de mil novecentos e oitenta, conforme lembra Cruz (2002), o Estado do Rio Grande do Norte esteve excluído dos principais roteiros turísticos regionais, porém promoveu mudanças estratégicas em relação à política de turismo e buscou investir, consideravelmente, na atividade turística, conseguindo atualmente se firmar, em escala regional, entre os principais polos receptores de turismo. O crescimento do Turismo Potiguar, para Fonseca (2005) foi impulsionado por duas políticas públicas de turismo: a Política de Megaprojeto: Parque das Dunas/ Via Costeira e o PRODETUR/NE implantado no citado estado.

De acordo com Cruz (2002), os Megaprojetos Turísticos do Nordeste foram projetos de urbanização turística espelhados no modelo Cancun que tiveram os poderes públicos estaduais no comando político do processo. Entre o final da década de mil novecentos e setenta e início da década de mil novecentos de oitenta surgiram as políticas de Megaprojetos Turístico Nordestinos. O primeiro a ser concebido foi o Projeto Parque das Dunas – Via Costeira em Natal, Rio Grande do Norte; esse foi também o único dentre os demais que teve grande parte de seus equipamentos instalados e em operação (Cruz, 2002). O referido projeto foi implementado em uma área localizada entre as praias de Ponta Negra e Areia Preta, situadas em Natal, capital do Estado Potiguar; área essa com cerca de 8,5 quilômetros de extensão elegida para concentrar a atenção, investir em infraestrutura e angariar investimentos do mercado (Cruz, 2002). A proposta desse projeto era promover a centralização de equipamentos de hospedagem em uma área determinada, ou seja, a criação de um espaço onde se concentraria a produção de serviços de hospedagem e entretenimento.

Os investimentos em infraestruturas visavam preparar o território para investimentos do capital privado; este investimento estatal provocou evidentemente a segregação do espaço e valorização do solo, propiciando a especulação imobiliária. Mesmo se sabendo que, diante da lógica capitalista, é necessário atrair investimentos privados através da

estruturação de espaços onde há a necessidade de desenvolvimento de atividades produtivas, sabe-se também que essa prática acaba promovendo o desequilíbrio entre regiões escolhidas para investimentos e regiões esquecidas pelo estado e pelo capital.

O Polo Costa das Dunas originou-se do megaprojeto Parque das Dunas – Via Costeira, porém teve sua área de atuação bastante acrescida e modificada. A região do Polo Costa das Dunas é a mais desenvolvida do estado do Rio Grande do Norte e tem em sua composição o município de Natal, a capital potiguar e outros municípios do leste do estado. Após a criação do PRODETUR/NE, o megaprojeto potiguar passou a fazer parte do referido programa passando então a se organizar em um polo de desenvolvimento, aumentando e modificando a sua área de atuação e se estruturando de acordo com as diretrizes desse programa.

O Polo Costa das Dunas foca seu produto no Turismo “Sol e Praia”, pois sua oferta é composta, em sua maioria, por atrativos naturais relacionados ao lazer e entretenimento em áreas de mar, praia, lagoa, ou seja, atrativos relacionados à exploração de praia e sol. O incentivo do PRODETUR/NE para a estruturação desse polo inspirou o governo do Estado a estimular a criação de mais quatro polos de desenvolvimento (Costa Branca, Agreste, Seridó e Serrano).

### **3. Produto turístico potiguar: diversidade de oferta**

Para galgar desenvolvimento e estabilidade, os destinos turísticos precisam investir em seus recursos através da edificação de uma infraestrutura adequada para atender tanto a população local quanto a demanda turística criada em função do consumo dos produtos resultantes desses recursos.

Dias (2005) classifica os recursos turísticos em quatro categorias: atuais (em processo de exploração turística), potenciais (com possibilidade de

exploração turística futura), básicos (constituem o suporte das atividades turísticas que sustentam os programas de um plano) e complementares (não têm poder de atração suficiente para fixar uma demanda, porém desempenham papel complementar na composição da oferta turística, contribuindo para a diversificação das atividades turísticas da região). Em resumo, o recurso turístico, para Dias (2005: 61) é “[...] todo elemento que por si mesmo ou, em combinação com outros, seja capaz de gerar deslocamentos turísticos”.

A formação do produto turístico faz-se a partir do planejamento da oferta dos produtos que, para que sejam consumidos, necessitam de um suporte estrutural. Produto turístico pode ser entendido como “[...] conjunto de benefícios que o consumidor busca em uma determinada localidade e que são usufruídos tendo suporte estrutural um complexo de serviços oferecidos por diversas organizações” (Vaz, 1999: 56); é composto por atrativos (naturais, culturais ou artificiais), infra-estrutura (básica e de acesso) e, equipamentos e serviços turísticos, e tem características específicas como a intangibilidade, a heterogeneidade, ser estático e não estocável.

Muitas vezes, os destinos turísticos se confundem com seus produtos, visto que, o turista busca consumir não somente elementos tangíveis e, nesse contexto o espaço passa a compor o produto de consumo. A subjetividade que envolve a composição do produto turístico se apresenta em sua própria definição; sendo assim não se pode entender o produto turístico como um elemento único e indissolúvel, pois ele irá apresentar muitas faces e formas. É preciso se entender que o produto turístico não é único, podendo ser até mesmo prudente falar-se em produtos turísticos.

O produto turístico potiguar iniciou-se pela estruturação de áreas litorâneas para a exploração turística, porém, posteriormente, outros atrativos do estado foram também trabalhados com o objetivo de estruturar demanda de produtos diferentes dos já ofertados.

Tanto o Polo Costa das Dunas, quanto os demais polos (regiões turísticas) do Rio Grande do Norte,

começaram a trabalhar seus produtos, buscando integrar a oferta em cada região.

Sabe-se que a região nordeste do país é contemplada, devido à sua localização e condições naturais, com sol durante e praticamente, todo o período do ano. Os atrativos naturais voltados para o sol e o mar continuam a ser explorados no Rio Grande do Norte, porém outras atrações naturais também passam a ser exploradas, sendo alguns exemplos cavernas, serras, rios, açudes e matas. Atualmente, observa-se também grande investimento em atrativos culturais, como artesanato, cotidiano dos lugares, história, manifestações culturais, eventos, modo de vida e atividades econômicas.

A atual Política de Turismo propõe a criação de Instâncias de Governança para promover a gestão do planejamento do turismo na região com maior participação dos atores sociais envolvidos; essas instâncias devem trabalhar para organizar o turismo na região, buscando manter um desenvolvimento homogêneo coordenado pela comunidade local que envolve atores dos setores públicos, privados e sociedade civil organizada. De acordo com a atual política de regionalização (Brasil, 2010a), a referida instância deve ser formada pelos diversos segmentos sociais que passam a representar interesses específicos que devem ser discutidos em prol do interesse maior: o desenvolvimento sustentável da região. Para alguns, essa postura do país diante da gestão do turismo apresenta-se como uma estratégia de transferência de responsabilidade, que deveria ser dos governos, e que passa a ser dividida com a sociedade. Porém, atualmente, também se propõe que haja maior participação da sociedade nas decisões e com essa atitude, o governo promove a participação social.

A gestão da região deve se centrar no desenvolvimento regional do turismo e para tanto, as regiões são estimuladas a se organizarem através de uma Instância de Governança alicerçada por um espaço de debate e deliberações. Instância de Governança regional, para o Ministério do Turismo, “[...] é uma organização social com participação do poder público e dos atores privados da atividade turística, com



o papel de fazer a gestão do turismo, com visão de sustentabilidade e também coordenar o Programa de Regionalização na região” (Brasil, 2010b: 87).

O Ministério do Turismo sugere, para efeito de planejamento da atividade turística em territórios que optam pelo desenvolvimento dessa atividade, que sejam estruturadas as regiões turísticas; essas devem ser construídas a partir de decisões em conjunto entre os municípios que pretendem planejar conjuntamente o desenvolvimento do turismo. Não devem ser instituídas pelo Estado; devem emergir do desejo dos municípios que juntos pretendem buscar unir forças e compartilhar recursos em prol de um desenvolvimento conjunto. Ao Estado cabe estimular a formação destas regiões turísticas, visto que a proposta de políticas públicas para o setor é a regionalização do turismo. Os municípios sozinhos não conseguiriam as mesmas ações que em conjunto. A união se faz, quando os municípios têm produtos turísticos semelhantes ou complementares e conseguem construir objetivos em comum relacionados ao desenvolvimento coletivo. Em geral, a formação dessas regiões também leva em consideração a proximidade física entre os municípios e a formação sócio-espacial, porém é necessário destacar que há sempre interesses políticos e econômicos inseridos nas decisões de associação entre municípios.

A participação dos estados nordestinos no PRODETUR/NE possibilitou certa facilidade em relação à estruturação de instâncias de governança regional, pois essa proposta da política de regionalização, já vinha sendo realizada por estes Estados em suas regiões polo. As regiões turísticas podem ser denominadas polos, roteiros, circuitos, mas independentemente da maneira como são chamadas, precisam se estruturar, de acordo com a política de Regionalização, em instâncias de governança regional. “Regionalizar é uma das estratégias geopolíticas de compartilhar espaços para trabalhá-los em porções menores e alcançar objetivos mais imediatos e localizados, onde as relações sócio-políticas podem ser facilmente constatadas” (Coriolano, 2009: 138).

A estruturação dos polos de desenvolvimento do PRODETUR/NE se encaixa na atual Política do Governo Federal de Regionalização do Turismo; a proposta se caracteriza por promover uma nova organização espacial dos destinos turísticos através de uma gestão descentralizada, em que a região estabelecida a partir da apresentação da atividade turística não obedece exatamente à divisão administrativa dos Estados (Brasil, 2010b). Os municípios que compõem a região turística devem buscar um desenvolvimento integrado e harmônico; os interesses dos municípios devem convergir para os interesses da região que se forma por apresentar traços relativamente homogêneos em relação ao produto turístico, a oferta, a demanda ou mesmo a associação harmoniosa destes elementos.

Os esforços que o governo estadual vem fazendo para acompanhar e buscar aproveitar da melhor maneira as Políticas Públicas Federais de Turismo, propiciaram um desenvolvimento satisfatório do estado e também o habilitou a participar com mais eficácia nos programas e projetos propostos pelo governo para o desenvolvimento do turismo no país.

Enquanto alguns estados não estão articulados em regiões turísticas, o Rio Grande do Norte, não somente tem uma região bem articulada (Polo Costa das Dunas), como tem conhecimento e experiência para preparar as demais, que estão em processo de implementação (uma delas, o Polo do Seridó, praticamente implantada). Além disso, o Governo Federal propôs um investimento maior em 65 destinos que mais se destacaram em relação à estruturação e, dois desses destinos se encontram no Rio Grande do Norte, mais precisamente na região turística do Polo Costa das Dunas (Natal) e Pipa (Tibau do Sul).

#### 4. Considerações finais

O Rio Grande do Norte buscou compensar suas desigualdades regionais através de investimentos no setor turístico; a concentração de atividades agrope-



cuárias no interior do estado e de indústrias em regiões menos urbanizadas propiciou à região litorânea a opção de investir no seu potencial turístico.

O empenho do Governo Estadual em relação à estruturação da oferta turística no seu território foi decisivo quanto à atual posição que o Estado alcançou no que se refere ao desenvolvimento do turismo no país. A experiência que o Estado Potiguar adquiriu, em relação a outros estados brasileiros, com a precocidade de inserção do planejamento do turismo, também ajudou a manter sua posição no mercado e a promover com mais facilidade o desenvolvimento de produtos variados em seu território.

A adequação aos preceitos da atual política pública federal de turismo seguiu um caminho mais facilitado por já existir um suporte composto pela experiência em planejamento desenvolvida com a satisfatória utilização do PNMT e do PRODETUR/NE. A constante busca pelo aprimoramento da atividade turística no estado pode assegurar o destaque do território no desenvolvimento da atividade.

## Referências

- Brasil, 2004, *Programa de regionalização do turismo – Roteiros do Brasil*, Ministério do Turismo, Brasília.
- Brasil, 2010a, *Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo, 2010, Sensibilização; Mobilização; Institucionalização de Instância de Governança Regional*, SEaD/UFSC, Ministério do Turismo, Secretaria de Políticas de Turismo, Florianópolis.
- Brasil, 2010b, *Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo, 2010, Turismo e Sustentabilidade; Formação de Redes; Ação Municipal para Regionalização do Turismo*, SEaD/UFSC, Ministério do Turismo, Secretaria de Políticas de Turismo, Florianópolis.
- Coriolano, L. N., Araújo, A. M., Vasconcelos, F. P., Almeida, H. M., Rocha, A. M., Gonçalves, A., Lima, A. C., Quintiliano, A. B., Sampaio, C. F., Mendes, E. G., Nascimento, I. V., Gonçalves, M. P., Neto, G. F., Barbosa, L. M., Souza, E. A., Sales, E. A., Parente, K. M., Rodrigues, T. A., 2009, *Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança*, EDUECE, Fortaleza.
- Cruz, R. C. A., 2006, Planejamento Governamental do Turismo: convergências e contradições na produção do espaço, in Lemos, A. I. G., Arroyo, M. e Silveira, M. L., *América Latina: cidade, campo e turismo*, CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo, pp. 337-350.
- Cruz, R. C. A., 2002, *Política de Turismo e Território*, Contexto, São Paulo.
- Dias, R., 2005, *Introdução ao turismo*, Atlas, São Paulo.
- Dias, R., 2003, *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*, Atlas, São Paulo.
- Fonseca, M. A. P., 2005, *Espaço, Políticas de Turismo e Competitividade*, EDUFRN, Natal.
- Petrocchi, M., 2001, *Gestão de pólos turísticos*, Futura, São Paulo.
- Rodrigues, A. A. B., 1999, Desafios para os estudiosos do turismo, in Rodrigues, A. A. B. (org.), *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*, HUCITEC, São Paulo, pp. 17-32.
- Vaz, G. N., 1999, *Marketing turístico receptivo e emissivo: um roteiro estratégico para projetar mercadológicos públicos e privados*, Pioneira, São Paulo.